

TCE-RJ assina convênio que facilita acessibilidade de servidores com necessidades especiais

21/11/2012 - 19:58

O presidente do TCE-RJ, Jonas Lopes de Carvalho Junior, e a diretora-geral do Instituto Benjamin Constant, Maria Odete Santos Duarte, assinaram nesta quarta-feira (21/11) convênio que facilita a acessibilidade de servidores com necessidades especiais às instalações e equipamentos do Tribunal. A cooperação acontecerá em várias áreas: educacional, técnica, científica e de integração, com vistas ao desenvolvimento de cursos, estudos, pesquisas e ações no âmbito da inclusão social, educacional e da acessibilidade. A assinatura do convênio é mais uma etapa do Projeto Incluir: pensando a inclusão no TCE-RJ. Atualmente, o TCE possui 22 servidores com necessidades especiais: 13 são deficientes físicos, dois têm problemas auditivos e sete possuem deficiência visual, sendo que três deles ingressaram no último concurso, realizado este ano. O encontro, que faz parte do projeto Tardes do Saber, de iniciativa da Escola de Contas e Gestão (ECG), foi realizado no auditório Humberto Braga, no prédio anexo do Tribunal, no centro do Rio de Janeiro.

O conselheiro José Graciosa compareceu à cerimônia, da qual também participaram a chefe de gabinete do Instituto Benjamin Constant, Maria da Glória de Souza Almeida; a diretora-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Solange Maria da Rocha; a professora Sandra Cordeiro de Melo, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a diretora-geral da ECG, Paula Nazareth. A cerimônia foi traduzida pelos intérpretes em linguagem dos sinais Maria Fernanda Macedo e Glauber Costa.

O tema da acessibilidade não é um tema novo no TCE, como o presidente Jonas Lopes fez questão de lembrar em seu discurso. Uma das primeiras ações foi a adaptação das instalações do prédio de Niterói, que é tombado. Outra medida foi o cadastro realizado pela ECG que possibilitou conhecer o perfil dos servidores com deficiência. "Foram passos fundamentais, mas nossos desafios surgem continuamente. A chegada dos concursados impôs novas exigências para integrá-los e capacitá-los por meio do programa de formação, proporcionando igualdade de acesso a todos os servidores", afirmou.

Próximos passos para inclusão – A diretora-geral da Escola de Contas e Gestão, Paula Nazareth, reconheceu que o TCE começou a tomar as primeiras providências para a inclusão de deficientes ao ser questionada por um servidor de um município jurisdicionado sobre a realização de cursos para portadores de deficiência. Outro momento importante aconteceu quando um servidor deficiente visual pediu material didático para o curso de gestão de pessoal. A partir daí, houve uma reforma no prédio de Niterói e a encomenda de um áudiolivro para o servidor poder fazer o curso. "É uma demanda silenciosa, com potenciais alunos em um universo invisível", reconhece a diretora. Entre as atitudes adotadas atualmente pelo TCE para agilizar a inclusão dos servidores com deficiência estão o acompanhamento da obra da nova sede da ECG baseada nas orientações da comissão de acessibilidade do IBC, adequação da estrutura tecnológica, adaptação do material didático e a busca de parceria com instituições especializadas.



Segundo a diretora-geral do Instituto Benjamin Constant, Maria Odete Santos Duarte, convênios como os firmados com o TCE "enchem de esperança e mostram que a pessoa com deficiência visual pode trilhar o caminho da independência". Assim como o presidente Jonas Lopes, a diretora do IBC frisou que a parceria entre as duas entidades não ficará restrita a este convênio. "Incluir é possível e trará resultados promissores", concluiu.

Servidora do TCE é uma das medalhas do IBC – A palestra seguinte foi da chefe de gabinete do Instituto Benjamin Constant, Maria da Glória de Souza Almeida, que também é deficiente

visual. Segundo ela, oferecer condições de trabalho não é aprovar pessoas com necessidades especiais através de cotas, mas oferecer aos deficientes oportunidades para exercerem tarefas. "É assim que nos sentimos úteis, caso contrário gera sentimentos de frustração e fracasso", afirmou com a experiência de quem conhece o problema de perto. "O entrave é que a sociedade vê primeiro a deficiência, esquecendo que ali está um indivíduo. Antes de ver a possibilidade, as pessoas veem o déficit". Maria da Glória fez um histórico sobre a situação dos cegos ao longo dos séculos e contou como surgiu o Instituto Benjamin Constant, instituição com 158 anos de existência. Ao falar sobre o ensino do IBC, a professora citou Eliane de Melo Lauriano, fisioterapeuta do TCE, presente ao evento, como "uma das

medalhas", termo a que se refere aos ex-alunos da instituição.

A política de cotas foi defendida pela diretora-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Solange Maria da Rocha, como um modo de inclusão fundamental. "A política de cota é uma política de percurso e não de chegada", afirmou. "O impacto é positivo porque as pessoas entram em ambientes que antes não tinham condições de frequentar, mas a maioria dos deficientes ainda está em casa. Como a família recebe benefício social, eles não são estimulados a procurar melhores condições", informou. Solange destacou a importância da convivência entre pessoas diferentes: "O dia a dia tem o poder de alterar nossa compreensão sobre o outro", disse. "Eles estão prontos, nós é que não estamos", comparou.

A professora-adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sandra Cordeiro de Melo, que foi assessora pedagógica da Escola de Contas em 2010 e 2011, foi apontada pela diretora-geral da ECG, Paula Nazareth, como "criadora da semente do projeto Incluir". Atualmente no projeto Lapeade (Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação), Sandra falou sobre o processo de inclusão. "É uma busca por valores. É um espaço de luta onde se procura, cada vez mais, a participação máxima de qualquer cidadão". Pela experiência que tem no assunto, a professora, que começou a carreira trabalhando com crianças autistas, aponta três metas para alcançar o objetivo da inclusão: produzindo políticas inclusivas, desenvolvendo práticas inclusivas e criando culturas inclusivas. "O principal é organizar as culturas para que estas possam ser colocadas em prática", afirmou.

